

# BOLETIM DE ANÁLISE DE CONJUNTURA<sup>1</sup>

## JANEIRO - MARÇO DE 2003

*“A opção por reviver o fundamentalismo de mercado no início do governo Lula pode evaporar rapidamente sua credibilidade na população e, por extensão, no próprio mercado financeiro. As conseqüências terríveis deste cenário de falta de credibilidade política aconselham uma mobilização ampla e enérgica dentro e fora do PT - que afaste prontamente o perigo de o país suportar as conseqüências de uma aposta de alto risco...”<sup>2</sup>.*

### **NOVOS ATORES POLÍTICOS E A RESISTÊNCIA HISTÓRICA DAS ELITES**

A eleição do presidente Lula é a herança política mais significativa dos movimentos sociais atuantes da década dos anos 60. A meta, naquela ocasião, era alcançar o desenvolvimento com justiça social de forma democrática e capaz de incluir os pobres e excluídos do processo de construção nacional. Este processo é a grande esperança de todo o povo brasileiro que depositou nas urnas o seu voto no atual Presidente da República.

A elite brasileira daquela época entendeu o risco que significavam para os seus privilégios as mobilizações sociais pela justiça e a ampliação da distribuição dos benefícios do crescimento da riqueza nacional. As mesmas elites convocaram a forças conservadoras daquele momento e o golpe militar de 1964 impossibilitou o crescimento da verdadeira democracia social. Interrompeu-se deste modo, mais uma vez, o projeto de construção nacional a pretexto de sufocar o contexto ideológico e revolucionário da esquerda militante e idealista.

A resistência ao movimento militar e a luta para resgatar a democracia no país fazem reaparecer nos anos 70 e início de 80 não só os remanescentes atores sociais, mas suscitam outros, particularmente os de cunho popular. A presidente Lula é fruto desta época.

O medo mistificador de mudanças profundas capazes de incluir os excluídos tem sido uma das características dessas idas e vindas do processo de construção nacional e popular.

---

<sup>1</sup> **Boletim de Análise de Conjuntura – sob os auspícios da Comissão Brasileira de Justiça e Paz – CBJP:** SE/Sul, Quadra 801, Conjunto “B”, 70401-900-Brasília DF, fone (61) 323-8713; fax (61) 322-2648; e-mail: [cbjp@cbjp.org.br](mailto:cbjp@cbjp.org.br). **Comitê de Redação:** Pe. Alberto Antoniazzi (Pontifícia Universidade Católica - PUC – Minas), Pe. Alfredo José Gonçalves (Pastoral Social – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB), Pe. Antônio Abreu (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento - IBRADES), Pe. Bernard Lestienne (IBRADES), Francisco Whitaker Ferreira (CBJP), Gerson Gomes, Guilherme da Costa Delgado (CBJP), Ivônio Barros (IN-TELECTO) Pe. José Ernanne Pinheiro –Assessoria Política - (CNBB), Maria José Jaime, Marcos Lins, Pedro Ribeiro de Oliveira (CEBS –CNBB), Irmã Rosita Milesi (Instituto Migrações e Direitos Humanos - IMDH), Pe. Thierry Linard de Guertechin (IBRADES), Pe. Virgílio Leite Uchoa (CBJP) **Revisão:** José Sílvio de Lana Marques– **Publicação e divulgação:** **Conferência Nacional dos Leigos do Brasil (CNLB)**, Rua 93, nº 139 – Setor Sul – 74083-120 – Goiânia, GO, fone/fax (62) 223-8594/ 223-1854; endereço eletrônico: [leigos@vento.com.br](mailto:leigos@vento.com.br). Colaboram nesta edição Pe. Virgílio Leite Uchoa e Guilherme Delgado, Gerson Gomes e Pe. Bernardo Lestienne.

<sup>2</sup> Mário Ferreira Presser, “O Ajuste Anti-keynesiano” <http://www.oficinainforma.com.br/semana/leituras-20030301/04.htm> em 1/3/03.

O grande momento das “diretas-já”, uma vez mais, por medo da travessia verdadeira, foi encampado pelas nossas elites que se julgam sempre detentoras da prudência que, na prática, não rompe com nenhum privilégio. Salvou-se, num quadro complexo, a Constituição Cidadã de 1988. Esta, por sua vez, foi o alvo predileto da onda neoliberal instalada no país a partir dos anos 90.

O muro de Berlim, derrubado num arroubo neoliberal, foi substituído progressivamente pelo muro dos partidários do fim da história e do advento do pensamento hegemônico. Deu no que deu. A reação dos brasileiros foi a eleição de Lula, símbolo da grande esperança de nova travessia num contexto econômico caótico e dominado pelas regras da globalização financeira.

### **A NOVA CONJUNTURA INTERNACIONAL E O BRASIL**

A ostentação do poderio bélico dos Estados Unidos está estampada em todos os meios de comunicação. É uma ameaça real, já em ação, que não pode ser subestimada e é um complicador para a situação do Brasil. É possível que advenham efeitos nocivos que atinjam a já complicada herança do governo anterior.

O primeiro efeito da guerra, desejada e anunciada pelo governo Bush, é o de reconfigurar o mundo à imagem e semelhança das pretensões hegemônicas e financeiras dos Estados Unidos. A pretexto do combate ao terrorismo, querem eles garantir presença permanente no Oriente Médio e controlar a riqueza petrolífera daquela área. Eles garantem deste modo o sucesso das suas empresas, da sua economia e do modelo neoliberal.

Configurada esta presença pela força bélica, é claro que haverá repercussões políticas, particularmente nas áreas mais fortemente atreladas à globalização financeira.

A pesada herança deixada para o governo Lula nos torna muito vulneráveis. A nossa economia e as atuais decisões políticas estão muito dependentes dos mecanismos vinculados ao dólar. Apesar de sermos quase auto-suficientes na produção de petróleo, ainda não houve tempo nem medidas claras para que não estejamos tão dependentes dos preços internacionais.

Deve-se, por outro lado, salientar que todas as economias mundiais estão deprimidas, inclusive a dos Estados Unidos. Além disso, não há tanto recurso disponível para ser aplicado. As recentes falências fraudulentas de grandes empresas colocaram os investidores em compasso de espera ou desconfiados. Houve uma forte ruptura de credibilidade quanto à capacidade gerencial de tais empresas.

A Europa nesta conjuntura de guerra tenta resguardar sua ainda frágil unidade monetária e se estabelecer como contra-ponto e alternativa de equilíbrio de poder econômico e político no cenário mundial.

A conjuntura latino-americana que nos circunda demonstra a evidência do retrocesso e do fracasso da política neoliberal.

É claro que tudo isso pode inviabilizar os esforços de reorientar nossa economia em direção da superação das desigualdades sociais.

A hora é de se ter lucidez e criatividade para entender os sinais dos tempos e não se assustar com a guerra. É hora de entender que o nosso país, sem se desvincular do resto do mundo, pode dar um salto de qualidade em direção da construção da paz, não aceitando simples-

mente a hegemonia do capital financeiro, mas fazendo sérios esforços para mudar o nosso modelo econômico e social através da adoção de decisões políticas rápidas que venham a produzir efeitos no curto, médio e longo prazo. Medidas essas capazes de reconfigurar a esperança de restaurar a identidade de uma nação para todos e não para poucos privilegiados.

## **ESPERANÇA E RENOVAÇÃO**

Foi esta esperança que levou o povo a eleger o governo Lula. A situação é difícil, sem sombra de dúvida. Mas esta postura de uma não-violência ativa e agressiva será capaz de amenizar efeitos nocivos e imprevisíveis de uma eventual guerra que acaba afetando toda a humanidade.

O poder político de Lula e de seus auxiliares imediatos configura a presença atores sociais e políticos cuja ação foi historicamente interrompida. O grande desafio da nova oportunidade de travessia dada ao país é o de como este poder será exercido: a serviço da maioria que teve parte de suas utopias juvenis realizadas pela chegada dos trabalhadores ao poder de forma democrática, ou será uma mera repetição do que sempre fizeram as nossas elites a serviço dos seus privilégios?

Fugir desse dilema requer hoje dos ocupantes do poder político medidas urgentes e rápidas para sinalizar, de fato, que em primeiro lugar, contra todo e qualquer privilégio, estão os direitos sociais da maioria excluída que esperançosa os elegeu. Esta maioria é o ator político e social que ainda falta entrar em cena.

Trata-se de uma luta corajosa cujo primeiro passo é discutir e explicar à população as medidas alternativas capazes de desatar os nós herdados pela avassaladora submissão, desses últimos oito anos, à hegemonia do capital financeiro globalizado.

O quadro herdado é difícil, complexo, motivo de muitas preocupações, mas as soluções políticas imediatas podem ser aperfeiçoadas<sup>3</sup>. As dificuldades e os equívocos não podem ser usados como estimulantes do mito do medo que impediu, até agora, as grandes e profundas mudanças rumo ao verdadeiro projeto de nação brasileira. Antes é preciso ter a coragem de propor e explicar ao povo as alternativas, de tal maneira que todos se sintam convocados e mobilizados a serem o respaldo da nova força política. É preciso ampliar a presença do poder popular transformador a exemplo das grandes mobilizações e atitudes que mudaram efetivamente os poderes privilegiados.

Será que a memória da força da verdade encarnada na não-violência ativa de Mahatma Ghandi estará tão distante assim?

Os atuais contextos, mundial e nacional, são desafiadores. A coragem de mudar e de propor mudanças criativas e objetivas, mesmo num quadro aparentemente impossível, conti-

---

<sup>3</sup> Cf. Rafael Cariello, “Herança pára Governo, afirmam Intelectuais”, Folha de São Paulo, 15/3/03, pág. A-9. Conforme o autor, esta é a análise de intelectuais como Paulo Arantes e Francisco de Oliveira, participantes de recente debate “O espírito de Porto Alegre, um Balanço do Brasil de hoje”. Estes chamam a atenção para o fato de que “o governo de Luiz Inácio Lula da Silva está preso e imobilizado. A causa são as reformas a que o Estado brasileiro esteve submetido na última década, particularmente no governo Fernando Henrique Cardoso, que o teriam transformado em um autômato, para o qual os governantes são irrelevantes”. Apontam “erros no modo de o PT se relacionar com essa prisão: ter subestimado enormemente a reconfiguração do Estado, acreditando que realizar mudanças dependeria apenas da vontade política, e parecer apostar no aprofundamento das próprias reformas que o aprisionam”.

nua, porém, a única força capaz de não frustrar as expectativas que construíram o amplo espectro de aval político do governo Lula.

A hora é de ampliar este poder mediante a coragem criativa, a reativação da mística utópica de serviço que forjou a personalidade de cada integrante da equipe do atual governo e pela convocação e mobilização dos movimentos sociais e dos atores realmente sintonizados com a novidade.

Como na prática isto acontecerá? O primeiro passo é desatar com lucidez e coragem a bomba-relógio da situação herdada. Mas o povo e o país esperam muito mais.

### **CONCLUINDO: O QUE É URGENTE**

No último Boletim de Conjuntura<sup>4</sup>, onde se fez uma prospectiva diante do novo governo instalado, estão listadas algumas ações que julgamos serem absolutamente prioritárias. Tais ações bem podem configurar o que seria a autêntica face<sup>5</sup> do governo Lula diante das dificuldades: o rumo social e a distribuição de renda.

É evidente que se torna urgente a reversão política para superar o medo e priorizar o bem comum dos eternos excluídos.

É fundamental criar um modelo eficiente de nação e munir o projeto-símbolo “Fome Zero” de uma estrutura operacional eficiente, capaz de superar os aspectos assistencialistas e de solidariedade imediata, destacados pela mídia, tão a gosto das elites incapazes de aceitar mudanças estruturais que mexam nos seus privilégios.

Brasília, 24 de março de 2003

---

<sup>4</sup> Cf. Boletim de Conjuntura, Comissão Brasileira de Justiça e Paz (CBJP), setembro-dezembro de 2002. Apresentamos aqui as principais observações: “*As propostas de desenvolvimento com equidade demandariam a construção de um novo eixo de poder econômico e político, onde claramente os “setores” que sairiam na frente em termos de crescimento do dispêndio macroeconômico, indutor do crescimento com equidade seriam:*

*a – ampliação do gasto social associado a direitos sociais – principalmente nas áreas da seguridade social (inclui segurança alimentar), desenvolvimento agrário e educação;*

*b – ampliação do gasto público e privado no incremento da infra-estrutura econômica – eixo energia e transporte em destaque;*

*c – ampliação significativa do saldo do comércio exterior, impelido por novos rumos das políticas industrial, agrícola e de comércio externo;*

*d – ampliação do investimento privado produtivo, com ênfase no capital que não ampliasse nosso passivo externo ao investir na economia nacional.*

*Os gastos macroeconômicos preconizados nos tópicos “a” e “b” demandam o resgate do orçamento de seguridade social, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e das empresas estatais que ainda restam, para um verdadeiro Programa da equidade e desenvolvimento. Isto implica em romper com várias receitas de economia estagnada: superávits primários altos e crescentes, Lei de Responsabilidade Fiscal que é sem responsabilidade financeira, quando se trata de pagar serviços das dívidas com os credores externos (Cf. Boletim de Conjuntura dezembro de 2000).*

*Os itens “c” e “d” clamam pela recuperação das políticas de fomento industrial e agrícola para dentro e para fora, mas, sobretudo pela inserção dos setores de produção familiar, urbana e rural, hoje praticamente fora da economia de mercado e das políticas públicas. Isto leva a várias rupturas com a política liberalista de comércio do mercado de trabalho desregulado e ao abandono do enorme setor informal de subsistência da economia brasileira.”*

<sup>5</sup> Valdo Cruz, “Meia-volta, volver”, Folha de São Paulo, 22/03/03, pág.A-2. “*A cara do governo Lula não estaria aí, na política econômica, mas no que ele planeja fazer a médio prazo para promover uma verdadeira distribuição de renda no país.*”